

Entrevista: Inalva Mendes

Jamile Chequer

“Sou do interior da Bahia. Minha origem paterna é a chamada da beirada, e a materna, ribeirinha. Minha família sempre teve a prática da pesca, do consórcio da pesca com a plantação. Meu pai faleceu e minha mãe, que era aquela baiana voltada para o progresso, para o futuro, queria que os filhos fossem para uma cidade grande. Foi o que fizemos, viemos para o Rio de Janeiro em 1960, eu, ela e mais seis irmãos.” Assim, Inalva Mendes começa a narrar sua trajetória. Integrante do Comitê Social do Pan e liderança na comunidade Vila Autódromo, ameaçada de remoção também por conta dos Jogos Pan-americanos, a professora da rede pública dá uma aula sobre resistência, cidadania e luta por direitos. Confira.

Democracia Viva (DV) – Como foram os seus primeiros anos no Rio?

Inalva Mendes – Tinha 13 anos quando vim para o Rio. Minha mãe fazia o chamado trabalho do lar, e os filhos trabalhavam para manter a casa. A perspectiva do migrante é que os filhos vão trabalhar e não estudar, né? Mas eu sou a mais nova, então só estudava. Fomos morar na Urca, que na época não era um bairro de elite. Aliás, moramos em lugares que não eram de elite ainda. Depois, moramos no Bairro Peixoto, em Copacabana. As escolhas dos lugares têm a ver com a nossa origem baiana, temos uma sedução pelo meio ambiente, pelos lugares agradáveis. Depois, moramos na ladeira Santa Leocádia, na Toneleros, com árvores e bondinho.

Procurei ser uma estudante aplicada. Entrei para a universidade cedo, com 17 para 18 anos, e me formei aos 23 anos, em Letras (Português e Literatura), na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Pegamos, na época da faculdade, os anos de chumbo da ditadura. Foi uma época difícil para nossa família. Meu primo Arlindo, que era como um irmão, e meu irmão Brito, faziam movimento estudantil. Brito fez parte do movimento de resistência, entrou para a clandestinidade, foi exilado, primeiro para o Chile, depois para França. Então, nossa família começou a sofrer perseguição política. As invasões a nossa casa eram traumatizantes, muito desagradáveis. Lembro que todas as noites recebíamos a visita do Dops [Departamento de Ordem Política e Social]. Com a perseguição política

da ditadura, começamos a mudar de endereço, o que afetou, desastrosamente, a estrutura da minha família.

DV – Você participava do movimento com eles?

Inalva Mendes – Costumavam falar em casa que eu acompanhava o perigo. Mas logo percebi que a barra era muito pesada e que não tinha estrutura para encarar aquele tipo de resistência. Na nossa casa, a situação ficou muito difícil. Nos tornamos migrantes da ditadura. Participava da militância no Calabouço, que era gerido pelos próprios estudantes. Vejam só: quem frequentava o Calabouço eram aqueles estudantes pobres, de classe operária, classe média baixa. Estava me preparando para ingressar na faculdade de ciências sociais – que congregava geografia, história, letras, filosofia, sociologia e outras –, na avenida Presidente Antônio Carlos. E o Calabouço era o lugar que o Dops chamava de foco de subversivos e era palco do ativismo político dos estudantes secundaristas e de origem proletária. Eram tempos de engajamento político, cultural e comunitário.

Brito fazia a militância política na direção do Calabouço, ao lado de outras lideranças como o Wladimir Palmeira. Foram os anos 60, difíceis. Brito deixou de trabalhar para se dedicar à luta. Logo depois, entrou para a clandestinidade.

DV – Vocês ficaram com dois membros mantenedores a menos. Como fizeram?

Inalva Mendes – A gente caiu na luta, e eu fui trabalhar. Mas o fato é que, com aquela derrocada do sistema financeiro de habitação,

íamos morar onde? Da Toneleros fomos pra Campo Grande. Aí, eu falei: 'Não, Campo Grande é muito longe'. Não tem como, entendeu? Eu já estava me formando. Depois, casei com um professor. Tive uma filha, me separei, não pude pagar um aluguel e fui para um local de posse. Hoje, estou mais convicta do que antes de que não é possível um trabalhador ficar sem casa com tanta terra, não é? E a gente excluída do sonho da casa própria, os cadastros tinham tantas exigências que não se podia cumprir, o valor das prestações não tinha uma lógica matemática, era uma época em que o salário de professor estava lá embaixo, havia grande inflação. Ficamos sem garantia de salários reais. Um caos econômico. Vocês conhecem essa história dos anos 70 até os anos 90.

DV – Sua família tem uma questão de liderança muito forte, não é? Você sempre trabalhou com a questão comunitária.

De onde vem isso?

Inalva Mendes – Da minha mãe. Isso é interessante. Minha mãe era uma dessas baianas bem inteligentes. Meu pai tinha uma roça de cacau e era tropeiro, era quem ia no porto levar a produção de todos da roça, já era uma prática comunitária. E ele trazia as novidades do porto. Então, todos se reuniam na pequena propriedade do meu pai. Minha mãe era aquela que fazia as comidas. Isso é bem típico da cultura baiana. Lá se discutiam as questões de mercado, de bolsa de mercadorias. E eu fui criada ouvindo aquelas conversas, as histórias de Cordel. A minha mãe era brigona e dizia: 'Olha, sou da família Cauaçu'. A família Cauaçu era uma família de cangaceiros que brigavam por honra. E eu ouvindo aquilo. O brio, a honra, eram sentimentos de valor na minha família. Não o orgulho de ser orgulhoso, mas o orgulho de ter a nossa cultura, os nossos pontos de vista defendidos, o nosso espaço. Acho que o espírito comunitário começou aí. Porque dentro dessas pequenas propriedades só sobrevive quem for grupal.

DV – Você participou da fundação do núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Chapéu Mangureira?

Inalva Mendes – Sim. Militava na luta pela anistia, no movimento Coletivo das Mulheres. Depois, entrei para o PT. Preenchi as primeiras fichas do partido. Algumas das primeiras reuniões para adesão, centralizadas na casa da Heloneida Studart, foram feitas na minha casa. Fui uma das que saí com aquela fichinha ca-

dastrando o pessoal para adesão. Fazia atividades com crianças no Chapéu Mangureira no ano em que iniciou a construção de creche. A gente ia lá ajudar, dar apoio, fazia trabalho com as crianças, participava do angu à baiana ou da feijoada. Eu já era professora naquela época. Quem estava à frente nos trabalhos sociais no Chapéu Mangureira era a Benedita da Silva, que é assistente social.

Também fazíamos atividades com as crianças, na beira da praia do Leme. Somos os precursores desses grandes *reveillóns* na praia. Cercávamos com bambu e corda um espaço na praia do Leme, próximo à rua Gustavo Sampaio, fazíamos comida, soltávamos fogos, dançávamos todos, idosos, crianças, o pessoal do asfalto e do morro. Essa foi uma época mais *light*, estávamos vivendo a abertura política.

DV – Como foi sua aproximação com a Vila Autódromo?

Inalva Mendes – Na década de 70, comecei a trabalhar em Campo Grande e em Jacarepaguá. Lá, não tinha escolas e eu queria que minha filha tivesse uma boa educação. E, graças a Deus, teve. Ela estudou no Pedro II, no Humaitá, ficava com a minha mãe e eu ficava lá e cá. Ia para Campo Grande e Jacarepaguá e ficava três dias dormindo na casa de colegas, na casa de pais de alunos. Voltava para vê-la no fim de semana ou quando podia. Dos anos 80 aos anos 90, passei um tempo assim, migrante dentro da própria cidade. Aquela que vinha para casa só para dormir.

Nessa época, convivia muito com pescadores em Jacarepaguá. Observei que ali tinha uma cultura de pesca em consórcio com plantações. Tinha contato com os pais e os alunos da escola, que na época era de ginásio e depois se tornou primária. Observava que as pessoas viviam bem ali, uma área ainda rural, sem



os defeitos urbanos. A área onde foram construídos o Autódromo, o RioCentro, era uma área de mangue de taboal, com muitas lagoas. Havia um berçário natural onde os pescadores habitavam em suas edículas. Eles iam da lagoa para o mar pelo que chamavam de o caminho do pescador, hoje avenida Salvador Allende. A pesca era muito farta. As pessoas não tinham problema de alimentação, estavam próximas ao Camorim, onde plantavam. Muitos pescadores moravam ali.

DV – Esse é o começo da formação da Barra...

Inalva Mendes – Sim, porém nos anos 70, por conta das grandes construções do Autódromo e do RioCentro e depois do metrô, os operários que participaram dessas construções ficavam morando ali, porque o local era farto em termos de alimentação e as famílias dos pescadores se consorciavam com as famílias dos operários. Eles se juntavam e formavam novas famílias e residências. Com os projetos de habitação popular do BNH [Banco Nacional de Habitação], aquela área onde hoje existe o condomínio do RioCentro, que alguns chamam de Selva de Pedra, era habitada pelos pescadores. Eles foram naturalmente expulsos dali. Uns foram para o Camorim, outros para o entorno da lagoa, espremidos entre os muros do Autódromo. Nas sobras de terra do entorno da lagoa, os pescadores se instalaram precariamente. As grandes construções, a instalação do pólo químico-farmacêutico de Jacarepaguá, começaram a empurrar e acabar com a pesca e os pescadores.

DV – Foi quando você resolveu ir morar na Vila Autódromo?

Inalva Mendes – Fui morar na Vila Autódromo no fim dos anos 80, não tive estrutura para comprar um apartamento financiado. Era a época da economia inflacionária, muito ruim, principalmente para quem tinha salário de professora. Também naquela época o BNH só financiava para a classe média alta. Achei por bem me juntar em uma comunidade, já que

sempre tive essa prática comunitária. E escolhi a comunidade de pescadores da Vila Autódromo. Lá, nos anos 70, 80, não tinha transporte, luz, água. Fomos nós mesmos que colocamos, até hoje temos atas documentando essa cidadania. Fizemos cotas entre nós e compramos canos d'água, colocamos água clandestina. Várias vezes entrei na Cedae [Companhia Estadual de Águas e Esgoto] e pedi, por ofício, a instalação da chamada água de tarifa social. E a Cedae nunca respondia aos nossos pedidos de legalização da água. Com a luz, a gente comprava o poste de madeira e colocava. Só tínhamos um telefone, que era do Edu do Kart. Ele foi campeão de kart do autódromo, então, como tinha maior visibilidade e uma escola de kart, instalaram um telefone para ele. O Edu era muito comunitário, então usávamos o dele – ou tínhamos que caminhar três quilômetros. Também não havia linha de ônibus. Fazíamos transporte solidário. Quem tinha Kombi, levava e pegava todo mundo. Nos organizamos e pedimos à Redentor, por abaixo assinado, uma linha de ônibus. Passamos por toda organização social que as comunidades precisam e lá fomos aos poucos conseguindo quase todos os serviços, mais rápido quando se privatizava, mais lento quando é público, porém, conscientes de que pagamos, e muito alto, aos dois. Lembro-me que o ônibus era o 706, mas só passava de uma em uma hora. Quando quebrava um, não passava mais.

DV – Essa atuação já foi pela associação de moradores? Quando ela foi fundada?

Inalva Mendes – Em 1987. Achamos por bem organizar uma associação de moradores e pescadores. E estávamos muito bem, construindo nossas casas, tentando. A associação era a última palavra em organização, o nosso estatuto foi inspirado na forma de organização das comunidades de Cuba, seguindo uma prática socialista. Muita gente da comunidade discutiu e participou. Qual seria a comunidade ideal? O local era bom, voltado para a



natureza, onde as pessoas se gostavam, e ainda se gostam. Os terrenos eram amplos. Discutimos sobre isso, que cada família iria morar em um terreno que fosse confortável e haveria um representante de cada rua.

DV – Nessa época você já era a favor da ocupação?

Inalva Mendes – Somos ensinados pela sociedade, na escola, na família, na Igreja, que vamos crescer, trabalhar, comprar nossa casa e ter nossa família. Só que não conseguimos realizar esse ideal. Crescemos, mal conseguimos trabalhar ou trabalhamos feito condenados, como no meu caso e de minha família. E a gente não conseguiu comprar a casa. Eu já conversava com meus colegas, com o grupo do PT, ouvia e dizia: ‘Gente, do jeito que a economia caminha, vamos ser eternamente escravos de uma prestação. Ou a prestação da casa ou a prestação do condomínio’. Eu ficava imaginando, com aquele salário, como eu iria pagar uma prestação, se os piores salários eram justamente para as áreas de educação e cultura? Se fosse pagar um aluguel dentro da cidade legal seria péssimo, uma subcondição. Então, pensava: ‘Mas não é possível, são coisas que não se encaixam’. Com o Brizola, PDT, veio uma discussão de que tínhamos que ocupar as casas e os terrenos vazios. Mas nunca fui corajosa a esse ponto. Porque não tive essa educação. Imagina? A gente tem essa educação, não é?

DV – De que isso é invasão e não deve ser feito?

Inalva Mendes – É, de invasão. Se fosse na minha terra seria até natural, mas era uma estranha no Rio de Janeiro. Não tive coragem de fazer ocupação. Minha história foi a seguinte: ia para lá porque gosto da natureza, porque ia pescar com os pescadores, dava aula para os filhos deles, e eles diziam: ‘Professora, vem morar aqui, tem um terreno para a senhora’. Então, olhava aquele descampado e ficava atraída, queria ir. Até que um dia pintou um terreno lindo, de 500 metros quadrados. Moro num lugar lindo, maravilhoso, não tenho inveja dos condomínios. Aí falei: ‘Eu vou’. Mas foi uma decisão muito sofrida.

DV – Por quê?

Inalva Mendes – Essa história de ocupação é mal lida e mal estudada nos livros, para a qual deram o nome perverso de invasão. É isso que se divulga. E não foi simples, tinha sempre alguém reivindicando o terreno para si, ora era um policial, ora era um grileiro, mas no todo me senti acolhida e ouvia de alguns vizinhos:

‘Inalva, você tem que vir para cá, porque aqui é legal’. Aí eu disse: ‘Mas como eu vou?’. A resposta foi convincente: ‘A gente colabora’. Quer dizer, realmente houve o ideal, uma semente plantada pelo PDT e pelo PT. O meu grupo do PT dizia: ‘Pô, Inalva, a gente não está conseguindo pagar aluguel mesmo. A gente tem que ir para um local assim’. Eu tinha aquela idéia de comunidade, da minha origem, da filosofia *hippie*, do sonho de pertencer e escolher um espaço do meu coração. E ainda tenho esses sentimentos e penso ser um sonho bom.

Tenho essa cultura lá da Bahia e sabia que ocupar terreno na lagoa é um negócio sério. Tanto que meu terreno tem 500 metros quadrados e só ocupo 150, porque o resto é do meio ambiente. No começo, pedi a um pescador para ficar olhando, porque não fui morar lá de imediato. Afinal, não tinha essa coragem que tenho hoje, de acreditar na ocupação. Mas no final de semana estava lá com uma enxadinha. Eu limpava, plantava, criava galinha, ia às reuniões na associação. Incorporei logo a minha nova condição, não ia pagar para ninguém limpar o terreno. Eu mesma limpava, comprei enxada, cavador, carrinho de mão e comecei eu, pedreiro, ajuda de vizinhos, a construir uma edícula de pescador. Construímos em uma semana. Era uma situação extremamente precária. Mas eu fui. Pensava: ‘Tenho que ser forte, tenho que ir’.

DV – A associação de moradores se filiou à Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) ou à Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj)?

Inalva Mendes – A gente sempre participou mais intensamente da Faferj porque nosso perfil era mais de favela. Apesar de não nos sentirmos favelados, sempre fomos taxados assim. O grupo inicial é de pescadores. A área

Essa história de ocupação é mal lida e mal estudada nos livros, para a qual deram o nome perverso de invasão. É isso que se divulga

A defesa do meio ambiente nasceu da necessidade e sentimentos dos povos em manter seu ecossistema e sobrevivência garantida

dos operários surgiu depois. E ela veio justamente quando a Faferj perdia força em 1986, 1987. Um grupo de moradores desejava se filiar a Famerj e outro que atuava dentro da associação – porque toda associação congrega pessoas de diferentes idéias – optava pela Faferj. O argumento era que quanto mais pessoas e quanto mais lotes tivesse, mais fortes seríamos. Essa era, inclusive, a idéia da Faferj na época. Tínhamos áreas de mangue reservadas para preservação do meio ambiente, a partir de nossa documentação de pescador. A gente sabia que, no entorno da lagoa, aquela postura nos resguardava dentro da lei. A gente sabia que os pescadores podiam habitar as margens da lagoa, essa era a informação que tínhamos da Marinha. Só que a comunidade se mesclou de operários. E aí, a parte da associação que tinha

influência da Faferj optou pela decisão de aumentar os lotes e ocupou a área que a gente deixou de reserva. Muitos lotes foram fracionados, nunca concordamos com essas práticas.

A Faferj começou a cobrar um percentual em cada negociação desse tipo. Quando isso aconteceu na comunidade, ela começou a inchar. E a Faferj estimulava isso. Sempre tivemos discordâncias com a Faferj. Teve uma época, em 93,

em que eu e um grupo nos declaramos desfiliaados da Faferj. A nossa associação seria a Federação de Pescadores, que tem sede em Niterói. Em reuniões da associação, deixamos de contribuir com a Faferj.

DV – A Vila Autódromo tem alguma promessa de compra e venda, tem algum documento desses que foi dado no governo Brizola?

Inalva Mendes – Quando César Maia assumiu a prefeitura, no primeiro mandato, em 1993, abriu um processo contra a Vila Autódromo para a retirada de todos os moradores. Em 94, para garantir a permanência da comunidade na área, Brizola deu 154 títulos, uma concessão de uso real resolúvel por 35 anos,

para parte da comunidade considerada favela (que não fica no entorno da lagoa). Tanto a justiça como o governo do estado, e a política, conseguiram dividir a Vila Autódromo. É a lógica de dividir para governar. Dividiram em “a parte que não é da lagoa” e “a parte da lagoa”. Para a parte da lagoa, eles utilizam o discurso do meio ambiente para remover. E a outra é a parte da favela, são eles que tipificam assim: a parte da favela é de especial interesse social. Mas a outra parte, a dos casarões, como a prefeitura se refere, em que, por acaso, me incluo sem ter um casarão, não é considerada área de especial interesse social.

Os primeiros moradores da comunidade foram os pescadores que, naturalmente, ocupavam a parte da lagoa. A outra foi que a Faferj, junto com a associação, aterrou, vendeu, negociou. Brizola e o PDT organizaram o projeto “Pé no chão”, que tituló o pessoal da chamada favela, ou melhor, o pessoal que eles consideravam como de favela. E não tituló o pessoal da lagoa porque seria preciso passar pela Serla [Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos], por conta da questão de meio ambiente. Os poderes esquecem que a defesa do meio ambiente nasceu da necessidade e sentimentos dos povos em manter seu ecossistema e sobrevivência garantida. Com essa história de remoção, nossa titulação ficou cada dia mais difícil. Mas no fim do governo Marcello Alencar, o presidente do Iterj [Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro], na época, Ayrton Xerez, disse que nos daria o título por direito, pois a Serla foi criada depois de estarmos em Vila Autódromo, então, era para titular toda a comunidade. Fui eu e o vizinho Garcia que cadastramos o pessoal da lagoa, todos. Aí, outro grupo cadastrou o pessoal fora da lagoa. Somamos 350 famílias. Na área da lagoa, eram 69 famílias. As outras 154 famílias ficaram tituladas antes. Aí, o Xerez disse publicamente que ia titular todo mundo e fazer a regularização fundiária. Isso porque a gente estava permanentemente lá, nos órgãos públicos pedindo, não por favor, mas o que é de direito: a nossa legalização.

DV – Então vocês conseguiram o título?

Inalva Mendes – Recebemos o título de concessão de uso real resolúvel por 99 anos, no apagar das luzes do governo Marcello Alencar, no dia 31 de dezembro. Quem assinou foi um substituto de Xerez, ele se descompatibilizou para ser candidato. O título foi para todas as famílias, até mesmo para

um pessoal desconhecido, que não fazia parte da comunidade. Achei estranho e alertava: 'Isso está me cheirando mal'.

Enfim, foi assinado o documento sem os procedimentos legais. A gente tinha que passar pelo crivo da Serla. Não foi possível dar o título para todas as famílias porque algumas pessoas dos casarões praticaram desobediência ambiental, estes não se enquadravam. Nós, da comunidade, tínhamos eleito um perfil: moradores há mais de 20 anos, pescador documentado, que estivesse dentro dos códigos de posturas municipal, estadual e federal. Qual seria esse código? Que fosse afastado da lagoa de 10 a 15 metros e que não tivesse construído casa na lagoa. Só que ele saiu dando título pra todo mundo sem passar pelo crivo da Serla, sem passar pela superintendência do patrimônio nem do governo do estado, nem da União. Ele deu lá o papel, enfim, era um papel de pão, mas fiquei com ele. O governo Garotinho logo entrou e invalidou essa titulação. Nomeou uma comissão para estudar a legalidade daquilo e realmente foi constatado que era ilegal.

DV – E qual é a questão dos casarões?

Inalva Mendes – No início, eram apenas as casinhas de pescadores. Mas sabemos o que ocorre com comunidades cujas terras são valorizadas. Chega o esperto e compra o direito à terra do pescador que, em geral, é uma terra barata, e constrói. Começa construindo uma casa de praia ou uma casa de fim de semana. Depois, percebe que a comunidade é pacífica e se valorizou por conta das construções imobiliárias do entorno e passa a morar ali. E é lógico que constroem suas casas com mais conforto. Combato muito isso. Eles empregam os trabalhadores da comunidade, se misturam. Isso ocorreu na Vila Autódromo. Lá não tem pobreza absoluta, aquela subcondição. Costumo dizer que somos ricos porque temos trabalho, porque nossos lotes são grandes, porque o local é bom, bonito. E eles entendem isso como algo positivo.

DV – Quer dizer que as pessoas que moram nos casarões se relacionam bem com a comunidade?

Inalva Mendes – Sim. E como moro do lado da lagoa, do lado dos casarões, por muitas vezes eles me chamam para fazer o diálogo, quando a associação quebra o pau lá. Aí, os da zona sul dizem: 'Então, por que a gente não faz uma associação nossa aqui'. Eu retruco: 'De jeito nenhum, como é que vocês vão dividir? Não podem fazer

isso porque assim criaremos um conflito, criaremos a divisão'.

DV – A idéia não é defender o pessoal dos casarões?

Inalva Mendes – Há este argumento de 'não podemos documentar o pessoal da lagoa, porque lá tem casarões'. Nós não defendemos o pessoal dos casarões, estamos defendendo os moradores que já estão lá há mais de 30 anos e que não têm casarões. Hoje, tenho uma casa de dois andares, mas construí essa casa ao longo de 20 anos. É digno, é correto, tenho mérito de ter construído.

DV – Como as famílias da favela olham para quem mora nos casarões?

Inalva Mendes – As pessoas com quem convivo do lado dos casarões olham para o pessoal da favela com bastante solidariedade e troca. Quando há enchente, todos da comunidade colaboram com roupa, comida, com tudo o que pode para a favela. O pessoal da favela trabalha nos casarões. Há também os casos de adoção. Por exemplo, pessoas dos casarões doam um valor mensal para ajudar nos estudos de dois rapazes da comunidade. Um que entrou na universidade pelo ProUni [Programa Universidade para Todos] para estudar Petróleo e Gás e outro que está fazendo Direito.

Há um espaço na lagoa, um clube, que o pessoal da favela também utiliza, há o empréstimo. Era um terreno de um professor utilizado para fim de semana. Gente boa ele, também gostava de pescar na lagoa. Todo mundo pegava carona no seu barco. Ele ficou mais velho e passou o terreno para um advogado que construiu o Binguá Clube – em homenagem ao pato que existe na lagoa. Esse clube é usado pela galera da favela para festas de casamento, batizado, aniversários, festejos do Dia das Crianças.

DV – Então, a Vila Autódromo reproduz, no seu microcosmo, a cidade, as diferenças das classes?

Inalva Mendes – Acho que sim, é uma comunidade pacífica. Não sei se entre nós praticamos preconceito. Porque vejo o pessoal da



lagoa, que é considerado o pessoal da zona sul, dizer: 'Somos favela mesmo, é tudo favela mesmo'. Quem mora nos casarões são profissionais liberais e funcionários públicos. Mas há também muita gente sem profissão definida, biscateiro. É amalgamado. Mesmo na parte privilegiada, não se encontra só gente de casarão, há um casarão aqui, um feirante do lado. E quando gente dos casarões desobedece a regra ambiental ou pretende explorar a comunidade, a galera reclama e combate, sobretudo os pescadores.

DV – Quem pode remover ou titular a Vila Autódromo: a prefeitura ou o governo do estado?

Inalva Mendes – O governo do estado, via Serla. O caso da Vila Autódromo é interessante. O terreno é do estado, que não se opõe

a nossa permanência lá, dá a concessão para ficarmos. Mas quem quer tirar a gente de lá é a prefeitura, alegando que causamos dano ambiental, estético, visual e turístico. Está no texto do processo. São argumentos absurdos e discriminatórios.

A questão está muito clara. Lembra da época em que houve um plebiscito para dividir a cidade do Rio de Janeiro? Aquela foi uma campanha dos empresários da Barra da Tijuca, que queriam transformar o bairro em outra cidade, com outra prefeitura. A sede dessa nova prefeitura seria o Centro Metropolitano da Barra.

Laçaram um grande empreendimento imobiliário chamado Rio II, Cidade Inteligente. Só que a idéia não colou. Então, agora eles estão se organizando novamente. No ano passado, fizeram audiências públicas, carregando duas dúzias de pessoas para votar, para desmembrar aquelas grandes áreas de terra e fazer condomínio. Eu votei, acompanhada de 50 alunos, para a área só ser desmembrada se fosse para construir habitação popular. É óbvio que não aconteceu e o terreno está lá, na avenida Abelardo Bueno, como reserva de especulação imobiliária. Eu acho que eles já conseguiram o desmembramento porque já há demarcação das áreas, como

se fosse para construir condomínios. O desenho de outra cidade já está se completando. As construções no entorno do autódromo, a Cidade dos Esportes, a exemplo da Cidade da Música. Eles querem toda a área disponível para a realização de seus megaprojetos. Na maquete do Rio II, nós não existimos, no local onde estamos, há uma área verde e na lagoa há um cais para ancorar os barcos do condomínio. Eles acham que somos muito feios para ficar ali.

DV – Nesse sentido, a remoção para o Pan seria só uma desculpa para continuar com esse projeto?

Inalva Mendes – A questão da remoção na nossa comunidade tem várias faces e nenhuma coerência. Primeiro, começou com a campanha de remoção na Barra, liderada pelo candidato a vereador Eduardo Paes. Removeu Via Parque, Marapendi e a terceira da lista – e tenho documentos e artigos interessantes sobre isso – era a Vila Autódromo. O texto de acusação para retirada da comunidade diz que aquela comunidade não pode ficar no local porque causa dano ambiental, estético, visual e turístico. O juiz entendeu que não era bem assim e deu uma sentença para retirada de três casarões que estavam na beira da lagoa. Considerarei uma sentença sábia porque contemplou os dois. Retirou os casarões que estavam na beira da lagoa e, quanto à comunidade, mandou fazer estudo de impacto ambiental. Esse processo está rolando há 13 anos.

DV – E quais as outras faces desse dilema?

Inalva Mendes – É assim: o processo fica parado um tempo e, de vez em quando, sofremos novos ataques e aí volta a caminhar. Nos anos 90, caiu uma chuva no Rio de Janeiro que acabou com tudo em Jacarepaguá, ficou tudo alagado, aí a prefeitura atacou de novo, na pessoa do Eduardo Paes, dizendo que ali era área de risco. A defensora pública entrou com o seguinte argumento, e a gente também: como ali pode ser área de risco se tem o autódromo, o RioCentro, o Rio II? Assim, esse argumento também não colou. Agora, o argumento passou a ser retirada por conta dos Jogos Pan-americanos, a necessidade de espaço para a construção de instalação para os jogos. Estamos na fase em que o processo caminha rapidinho, penso se já passamos do sufoco. Mas ainda sofremos o olhar de cobiça dos empreendimentos imobiliários.

Os condomínios estão lá aterrando, construindo e jogando esgoto na lagoa. A sujeira só é atribuída à comunidade. Aí, não tem como



fugir da discussão sobre a questão ambiental, de saneamento básico. Onde foi construído o Rio II, a tal Cidade Inteligente, ali tudo era mangue, com árvores típicas da região. Acabaram com tudo para construir o condomínio e vendem com a propaganda de que os jardins foram projetados pelo escritório de Burle Max.

DV – Você participa de outros movimentos ou conselhos sobre o tema?

Inalva Mendes – Não dá, acho que até já participo de muita coisa. Participo do Movimento de União Popular, o MUP, criado há três anos e que reúne 28 comunidades para discutir basicamente questões fundiárias, de defesa da terra. Participo sempre da organização da associação de moradores, do Comitê Social do Pan. De vez quando, vou às reuniões do Felru [Fórum Estadual de Luta pela Reforma Urbana] e às dos conselhos populares da área de Jacarepaguá. Não dá para estar em todos os lugares. Como professora, teria que fazer trabalho sindical, mas não tenho feito.

DV – Todas essas 28 comunidades estão ameaçadas de remoção?

Inalva Mendes – Sim, todas as comunidades do MUP estão ameaçadas de remoção e o motivo alegado sempre é a questão ambiental. São comunidades naturais em Vargem Grande, Vargem Pequena, Recreio e adjacências. Foram áreas que, no passado, não valiam nada, como a área que nós ocupamos, que ninguém queria. E hoje estão valorizadas por conta da exploração imobiliária, dos condomínios, dos jogos. A gente se reúne toda segunda-feira e quebra o pau porque uns querem ampliar, outros querem fechar a discussão. Uns defendem o foco da legalização fundiária. Eu, por exemplo, penso que não é só a legalização fundiária, temos que enfrentar esse discurso da questão ambiental que é por onde eles nos atacam. Tem comunidade em morro, em beira-rio, em áreas que, no passado, não valiam nada. Infelizmente, há projetos na Câmara que não pensam na cidade como um todo. Para citar um entre eles, há um da vereadora Aspásia Camargo que quer fazer na área de Vargem Grande e Recreio a Veneza Carioca, excluindo, é claro, as comunidades.

DV – A questão imobiliária é muito forte, mas também tem um projeto de cidade em que essas populações não estão incluídas. Isso está claro para o conjunto?

Inalva Mendes – Para nós do MUP sim, o complicado é mobilizar todos os moradores. Em maio, aconteceu o seminário *Cidade: direito de*

todas as pessoas!, promovido pelo Ibase e outras organizações, na OAB. Não pude ir no primeiro dia porque estava trabalhando e várias pessoas que contatei também não puderam ir pelo mesmo motivo. Há também a distância geográfica. Passar essa militância para comunidade é difícil. Tem todo um processo histórico de falta de participação nas lutas. Mas a gente tem consciência de que a exploração imobiliária está chegando e vai empurrando todo mundo.

DV – Como é sua participação no Comitê Social do Pan?

Inalva Mendes – O Comitê Social do Pan surgiu da necessidade de se fazer uma avaliação crítica, dar transparência às informações, aos contratos, monitorar o custo financeiro dos jogos, em parceria com o Fórum Popular do Orçamento. Reúne pessoas, organizações sociais e comunidades, sobretudo às afetadas pelas construções para os jogos. Foi uma participação espontânea, estava procurando um espaço para discutir essa questão dos Jogos Pan-americanos. A prefeitura começara a retirada das comunidades, alegando que precisava das áreas para o evento. Foi em uma assembléia no Engenho de Dentro, onde construíram o Engenho, o meu encontro com Terezinha Pimenta, do Pacs [Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul], que sugeriu que nos uníssemos para formar o Comitê Social do Pan. A primeira ação seria a cobrança da Agenda Social. Participei das primeiras reuniões do comitê, que incluiu na pauta a discussão da remoção.

Passamos a nos reunir no Pacs toda quarta-feira para pensarmos ações de defesa da cidade. O Comitê Social do Pan tem obtido um bom resultado na defesa da cidade, da democracia, dos direitos. O grupo apóia as ações de defesa das comunidades ameaçadas de remoção, as ações que garantem a posse dos espaços públicos da cidade para os cidadãos e a cobrança do

Todas as comunidades do Movimento de União Popular estão ameaçadas de remoção e o motivo alegado sempre é a questão ambiental

Queremos uma cidade mais justa, transparência nas verbas, no orçamento do Pan. Também queremos a inclusão das comunidades nos benefícios, no tal legado

legado social. Organizamos um seminário em junho de 2005, na Uerj, em que comunidades e alunos participaram. Ninguém tinha idéia do desastre que seriam os jogos para as suas comunidades. Porque a mídia só mostra o lado do sucesso, do grande evento. O seminário foi muito esclarecedor. Tomamos posições críticas, ouvimos avaliações econômicas que não são passadas para o povo quando do lançamento desses grandes eventos.

Com a discussão no comitê, reforçamos nossos embates

sociais, tendo em vista uma cidade mais justa, mais igualitária. Falo aos meus alunos que os Jogos Pan-americanos teriam legitimidade se saíssem das camadas excluídas e desfavorecidas da cidade. Poderiam ter, realmente, o poder de transformação, seriam legítimos se o empenho, o desejo, saísse do anseio do povo. O que está sendo montado é um grande evento esportivo, com um grande custo, imposto de cima para baixo, que não pretende deixar nenhum legado, e ainda vamos pagar a conta. O comitê atua de forma fiscalizadora e na intenção cidadã de auxiliar o Ministério Público. Propõe diálogos com a Defensoria Pública, com a Serla, com os órgãos públicos e com parlamentares.

DV – E quais são as principais demandas do comitê?

Inalva Mendes – Queremos uma cidade mais justa, transparência nos contratos, nas licitações, no orçamento do Pan, que o cidadão seja consultado e respeitado, que os espaços públicos não sofram esbulho, que a agenda social seja cumprida, que a inclusão social seja prioritária, queremos a inclusão das comunidades nos benefícios, no tal legado. Lembramos o direito à urbanização e o direito legal de que as comunidades do entorno sejam incorporadas legitimamente aos Jogos Pan-americanos. Nesse foco de defesa do espaço público, o comitê conseguiu embargar,

com a ajuda do Ministério Público, a construção de um prédio na Marina da Glória, a construção de uma garagem para barcos, a exemplo dos Estados Unidos.

Outra ação de soberania do espaço público foi o embargo das obras do Estádio de Remo da Lagoa, no qual a construtora Glenn projetava a construção de um *shopping*, com cinco cinemas, praça de alimentação, estacionamento, tudo para o Pan e tudo privatizado. Pode? O Comitê Social do Pan unificou as lutas pelo direito à cidade, deu visibilidade à história da comunidade da Vila Autódromo, história que nos remete aos antigos ocupantes e pescadores da Lagoa Rodrigo de Freitas. Eles foram removidos no passado, de forma violenta, para dar lugar à especulação imobiliária, à poluição e a espaços privados, com o pretexto de que eram os pescadores que poluíam a Lagoa. Removeram as famílias da Praia do Pinto, jogaram para a Cidade de Deus. Removeram a comunidade dizendo que poluía, hoje a lagoa continua poluída; dizendo que matava os peixes, e eles continuam morrendo. No espaço que os pescadores deveriam ocupar, ocupa hoje a Estação do Corpo, o Clube Piraquê, o Batalhão. O Estádio de Remo, que no passado servia às comunidades do entorno, de colônia de férias para as crianças, foi negociado.

DV – O embate, então, é contra a privatização do espaço público?

Inalva Mendes – Claro, se é uma lagoa, é apropriado ter um estádio de remo, ser um local que seja público, para que as comunidades do entorno o utilizem. É imoral a construção de um *shopping*, de uma academia comercial, Estação do Corpo. Vejo esse mesmo processo de costumes degenerados acontecendo daqui a alguns anos na Lagoa de Jacarepaguá. Não sei se percebem, mas ficamos escondidos, nós não aparecemos. Ficamos mais de 20 anos sem ser perturbados, porque não aparecemos. A comunidade fazia suas trocas, inclusive com o autódromo. Muitos pilotos têm oficinas dentro do autódromo e seus funcionários são da comunidade. Há uma dezena de pilotos que moram na comunidade e têm suas oficinas lá dentro porque, ao se construir o autódromo, iniciou-se uma nova vocação: a mecânica de automóveis.

DV – Como articula ativismo, a defesa da Vila Autódromo e seu trabalho como professora? Como leva essa luta para a sala de aula?

Inalva Mendes – Trabalho em duas escolas que estão no mesmo espaço físico. Uma é municipal e outra estadual – pedimos em

audiências públicas um prédio para a escola estadual, mas não construíram. Apenas alugaram as instalações do município, um prédio construído há 18 anos, segundo aquele modelo de escola dos anos 60, parecendo presídio, grades por todos os lados, portas fechadas, com aquela falsa sensação de segurança. O aluno não pode sair, não pode entrar, porque tudo é trancado. Não tem quadra de esportes, área verde, tem mais aluno do que metro quadrado na sala. É a ideologia acadêmica, comecei a levar o Estatuto das Cidades para os alunos e às audiências do Plano Diretor. Alguns alunos do ensino médio até falaram que eu não estava ensinando língua portuguesa, que a matéria era política, porque levo textos que discutem a questão da educação, dos Jogos Pan-americanos, levo os alunos para as audiências públicas. Eles participam bem.

DV – Você acredita que, a partir da atuação do Comitê Social do Pan, é possível articular um movimento em defesa de uma cidade para todos(as)?

Inalva Mendes – Quero acreditar, não só no âmbito do Comitê Social do Pan. Vejo outras frentes, a cidadania participativa, o início da discussão democrática, o envolvimento com as questões da cidade, com as questões sociais, a pressão está aumentando, tudo isso está ficando mais pesado por conta do caos que a gente vive no dia-a-dia, do desmando que a gente é vítima. O que acho interessante no Comitê Social é que ele realmente é bem plural.

DV – Pensam em dar continuidade ao trabalho do comitê?

Inalva Mendes – Estamos discutindo isso. Quando os Jogos Pan-americanos acabarem, o Comitê Social do Pan vai fazer o quê? Penso que vai continuar fazendo o que está fazendo: fiscalizando, denunciando e discutindo as questões da cidade, cobrando o legado social. A cidade está insuportável, e não só para os favelados. Está insuportável para todo mundo. Essa discussão tem que passar a ser do cotidiano. Lamento que as escolas públicas, as particulares, a sociedade como um todo, não discuta as suas questões de cidadania. O Estatuto da Cidade tinha que ser mais divulgado. O Plano Diretor da cidade, mais participativo, o acesso ao direito à cidade, mais respeitado, uma imprensa mais comprometida com a verdade. Essas questões estão incomodando a todos e têm um nome: violência. É a violência de todos os tipos.

DV – E ainda há a sombra da remoção, não é?

Inalva Mendes – É verdade. O último ataque – e estávamos despreparados – foi sinistro. Chegou lá uma assistente social da Secretaria de Habitação, Maria Helena Salomão. Diante de cerca de 500 pessoas, disse que faria um cadastro para fazer saneamento básico. Nós não deixamos. Começou a nos questionar e resolvemos levar a discussão para a associação: ‘Mas não é remoção?’. Sabíamos de experiências passadas sobre cadastros para remoção, e isso é ilegal. Todos nós, desejosos de saneamento, concordamos com o cadastramento. Ela cadastrou todo mundo. Depois, as casas foram fotografadas, medidas. Isso de um dia para outro, rapidinho. Começamos a achar estranho. Para saneamento básico, é preciso licitação, projeto, verba. Usaram de mentira para cadastrar todo mundo para remoção. Escrevemos um ofício à secretária de Habitação, Solange Amaral, pedindo explicações. Tínhamos o direito de receber explicações, mas ela nunca explicou. Se ela explicar, a gente se resguarda na lei porque temos uma figura jurídica, estamos sob júdice, com um processo, aguardando julgamento.

DV – Por enquanto, nada podem fazer contra vocês?

Inalva Mendes – Nada, já fizemos ato público na prefeitura, mandamos várias mensagens pedindo explicações. Mandamos mensagem até para o César Maia. A explicação dele foi assim: ‘Já disse ao Globo, com todas as letras, que sou contra a remoção’. Arquivamos tudo e levamos para a defensora pública. Volta e meia, eles contra-atacam, eles não estão dormindo. Mas se a gente se articular... César Maia é um desafio na sobrevivência das comunidades. Quando ele foi eleito, nos preparamos para a resistência. Se a gente não superar, então, estamos ferrados. ■

Participaram desta entrevista:

AnaCris Bittencourt, Dulce Pandolfi, Itamar Silva e Jamile Chequer.

Fotos: Marcus Vini.

Sonorização: Douglas Vieira e Gilberto Nascimento.

